

Informações Trimestrais - ITR

Odoyá Transmissora de Energia S.A.

31 de março de 2022

com Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Informações trimestrais - ITR

31 de março de 2022

Índice

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais	1
Balanço patrimonial	3
Demonstração do resultado	4
Demonstração do resultado abrangente	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstração dos fluxos de caixa.....	7
Demonstração do valor adicionado	8
Notas explicativas às informações intermediárias	9

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Administradores e acionistas da
Odox Transmissora de Energia S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Odox Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 *Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2022, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Ricardo Gomes Leite

Contador CRC-1RJ107146/O-1

Odojá Transmissora de Energia S.A

Balanço patrimonial
31 de março de 2022 e 31 de dezembro 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	31/03/2022	31/12/2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	21.802	16.976
Contas bancárias vinculadas	3.1	5.122	3.967
Concessionárias e permissionárias	5	7.641	7.847
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		1.694	1.368
Outros impostos a recuperar		165	165
Despesas antecipadas		202	310
Ativo contratual	6	22.833	23.024
Outros créditos		238	238
		59.697	53.895
Não circulante			
Estoque - almoxarifado		1.846	1.804
Aplicação financeira vinculada	4	16.085	19.595
Ativo contratual	6	774.604	768.488
		792.535	789.887
Total do Ativo		852.232	843.782
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	7	1.162	1.234
Financiamentos	8	19.052	19.283
Debêntures	8	7.234	7.519
Outras obrigações fiscais		706	778
Taxas regulamentares		698	609
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	10	14.208	9.542
Partes relacionadas	16	221	-
Outras obrigações		227	227
		43.508	39.192
Não circulante			
Financiamentos	8	268.229	272.201
Debêntures	8	79.815	81.634
Imposto de renda e contribuição social diferido	9.2	67.180	64.026
PIS e COFINS diferido	9.1	73.763	73.215
		488.987	491.076
Patrimônio líquido			
Capital social	10	225.501	225.501
Reserva de lucros		83.347	88.013
Lucros acumulados		10.889	-
		319.737	313.514
Total do passivo e patrimônio líquido		852.232	843.782

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Odojá Transmissora de Energia S.A

Demonstração do resultado

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2022 e 2021

(Em milhares de reais – exceto lucro por ações)

	Nota	31/03/2022	31/03/2021
Receita operacional líquida	12	24.939	22.968
Custo	13	(1.795)	(1.515)
Lucro bruto		23.144	21.453
Despesas operacionais Gerais e administrativas	13	(558) (558)	(259) (259)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos		22.586	21.194
Resultado financeiro	14		
Receitas financeiras		968	142
Despesas financeiras		(9.511) (8.543)	(8.229) (8.087)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		14.043	13.107
Imposto de renda e contribuição social correntes	15	-	(220)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	(3.154)	(3.625)
Lucro líquido do período		10.889	9.262
Lucro básico e diluído por ação – em reais	10	0,05	0,04

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Odojá Transmissora de Energia S.A

Demonstração do resultado abrangente

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
Lucro líquido do período	10.889	9.262
Outros resultados abrangentes		
Total do resultado abrangente do período	<u>10.889</u>	<u>9.262</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Odoyá Transmissora de Energia S.A

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Períodos de três meses findos em 31 de março de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Total
			Reserva Legal	Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva de lucro a realizar		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	10	225.501	5.052	3.640	45.938	-	280.131
Lucro do período		-	-	-	-	9.262	9.262
Destinação de lucro à Reserva de incentivos fiscais		-	-	605	-	(605)	-
Saldos em 31 de março de 2021		225.501	5.052	4.245	45.938	8.657	289.393
Saldos em 31 de dezembro de 2021		225.501	7.137	5.079	75.797	-	313.514
Lucro do período		-	-	-	-	10.889	10.889
Destinação de lucros à Juros sobre capital próprio não pago		-	-	-	(4.666)	-	(4.666)
Saldos em 31 de março de 2022	10	225.501	7.137	5.079	71.131	10.889	319.737

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Odojá Transmissora de Energia S.A

Demonstração dos fluxos de caixa

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	31/03/2022	31/03/2021
Atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	14.043	13.107
Ajustes para reconciliar o lucro antes dos tributos ao fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Receita de remuneração - Ativo contratual	(21.708)	(21.062)
Receita de operação e manutenção - Ativo contratual	(2.393)	(2.275)
PIS e COFINS diferido	548	561
Juros apropriados sobre financiamento e debêntures	9.421	8.131
Provisões	(98)	(95)
Rendimento de aplicação vinculada	(449)	(45)
	(636)	(1.678)
Variações nos ativos e passivos:		
Ativo contratual	18.176	17.280
Concessionárias e permissionárias	206	435
Partes relacionadas	221	(167)
Outras contas a receber	72	22
Estoque - almoxarifado	(42)	(248)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	(326)	-
Outros impostos a recuperar	-	955
Despesas antecipadas	36	86
Fornecedores	26	(109)
Obrigações fiscais	(33)	85
Taxas regulamentares	89	119
Outras obrigações	-	12
Fluxo de caixa líquido originado das atividades operacionais	18.425	18.470
Contribuição social paga	(39)	(414)
Fluxo de caixa líquido originado das atividades operacionais	17.750	16.378
Atividades de financiamentos		
Aplicação financeira vinculada	3.959	-
Contas bancárias vinculadas	(1.155)	1.898
Pagamentos de principal de financiamentos e debêntures	(7.282)	(5.998)
Pagamentos de juros de financiamentos e debêntures	(8.446)	(7.531)
Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	(12.924)	(11.631)
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	4.826	4.747
Caixa e equivalentes caixa no fim do período	21.802	12.308
Caixa e equivalentes caixa no início do período	16.976	7.561
Variação no saldo de no caixa e equivalentes de caixa	4.826	4.747

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Odojá Transmissora de Energia S.A

Demonstração do valor adicionado

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	31/03/2022	31/03/2021
Receitas		27.776	25.606
Remuneração do ativo contratual	12	21.708	21.062
Receita de operação e manutenção	12	2.393	2.275
Outras receitas	12	3.675	2.269
Insumos adquiridos de terceiros		(2.353)	(1.774)
Serviços de terceiros	13	(2.184)	(1.608)
Materiais, energia e outros	13	(169)	(166)
Valor adicionado bruto		25.423	23.832
Valor adicionado líquido produzido pela companhia		25.423	23.832
Valor adicionado líquido recebido em transferência		968	142
Receitas financeiras	14	968	142
Valor adicionado total a distribuir		26.391	23.974
Distribuição do valor adicionado		26.391	23.974
Impostos, taxas e contribuições		5.991	6.483
Remuneração de capital de terceiros	14	9.511	8.229
Remuneração de capital próprio		10.889	9.262
Valor adicionado total distribuído		26.391	23.974

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias
31 de março de 2022
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Odojá Transmissora de Energia S.A. (“Companhia ou Transmissora”), controlada pelo Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e pela Quantum Participações S.A, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 12 de maio de 2014 e está estabelecida na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 955, conjuntos comerciais n.º 102, 111 e 112, sala 02, Itaim Bibi, CEP: 04530-001 - São Paulo - SP.

A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Em dezembro de 2021 a Companhia solicitou junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM o registro tipo categoria B. Em 21 de março de 2022 o pedido foi deferido.

1.1. Da concessão

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 17/2014 - ANEEL, datado de 5 de setembro 2014, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos:

- SE 500/230 kV Juazeiro da Bahia III;
- SE 230/69 kV Juazeiro da Bahia III (novo pátio 69 kV)
- Seccionamento LT 500 kV Sobradinho - Luiz Gonzaga na SE Juazeiro da Bahia III;
- SE 500/230 kV Morro do Chapéu II (novo pátio 500 kV); (6+1 Res)x300MVA e Compensador Estático (-100/+200)Mvar;
- LT 230 kV Juazeiro da Bahia III - Juazeiro da Bahia II, 4,5 km; e
- LT 500 kV Morro do Chapéu II - Sapeaçu, 300 km;
- LT 500 kV Morro do Chapéu II - Sapeaçu, SE Moporro do Chapéu 11 500/230kV - (6+1R) x 300 MVA e Compensador Estático 500kV (-100/+200) Mvar

Em 25 de julho de 2019, conforme Carta ONS – 0502 – DTA – 2019 foi emitido pelo Operador Nacional do Sietema Elétrico o Termo de Liberação Definitivo (TLD) da Transmissora Odojá.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas informações intermediárias--Continuação
31 de março de 2022
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Da concessão--Continuação

A Receita Anual Permitida (RAP) do contrato de Concessão, foi determinada em aproximadamente R\$ 45.569 para todos os trechos (valor histórico), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA.

Os montantes que são faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios:

- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) - Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional regulatória.
- Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico (P&D) - Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 0,04% da receita operacional regulatória..
- Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) - O FNDCT foi criado com o objetivo de apoiar financeiramente programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico nacionais, tendo como fonte de receita os incentivos fiscais, empréstimos de instituições financeiras, contribuições e doações de entidades públicas e privadas, sendo seu percentual anual equivalente a 0,04% da receita operacional regulatória.
- Ministério de Minas e Energia (MME) - Recolhimento a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos, sendo seu percentual anual equivalente a 0,02% da receita operacional regulatória.

A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa nº 643/2014, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular.

Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas informações intermediárias--Continuação
31 de março de 2022
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Da concessão--Continuação

A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

1.2. Impactos do Covid-19

Desde o início da pandemia e até o momento a Companhia tem adotado medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores, terceiros e comunidades em que atua, visando manter a continuidade operacional de suas linhas de transmissão e observando as recomendações das autoridades sanitárias.

Em 2020 foi criado o Comitê de COVID 19, responsável pelo planejamento de contingências para lidar com a situação, e o programa de monitoramento médico, com a contratação de consultoria especializada para que nos dê assessoria e estabeleça protocolos. O Comitê, têm acompanhado toda a situação e tem tomado medidas de carácter preventivo de acordo com cada estágio da pandemia.

A partir de 18 de abril de 2022, os (as) colaboradores (as) do escritório corporativo na nova etapa da retomada do trabalho presencial na modalidade de trabalho híbrido, seguindo um protocolo de cuidados e prevenção à COVID-19, de acordo com o Plano de Retomada das Atividades Presenciais, definido pela Comissão COVID 19, cujas principais orientações são: revezamento de colaboradores(as) em regime de escala, sendo as equipes divididas em escalas combinadas com os gestores de três dias de forma presencial e dois dias em home office (trabalho remoto); estabelecimento de horários flexíveis para jornada de trabalho e refeições, conforme política aprovada em 01 de abril de 2022; uso obrigatório de máscaras em salas de reuniões; testagem mensal no primeiro dia do mês de trabalho no escritório; distanciamento das estações de trabalho e demais ambientes do escritório (copas, banheiros); restrições de utilização de salas de reunião e incentivo à realização de reuniões de forma virtual, e realização de treinamento específico sobre os cuidados e regras de comportamento esperado durante a retomada e enquanto perdurar o alerta contra a COVID-19.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas informações intermediárias--Continuação
31 de março de 2022
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Impactos do Covid-19--Continuação

Em relação aos saldos contábeis, foram avaliados os possíveis impactos, divulgados a seguir:

Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização subsequente dos mesmos, a Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem baixo risco de volatilidade, tendo em vista seu perfil conservador.

Os negócios da Companhia apresentam receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios dos segmentos de atuação, não apresentando risco de demanda, por não depender de volume consumido de eletricidade e nem de preços de energia. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco de realização de seus recebíveis. Não houve variação significativa na inadimplência em decorrência da COVID-19 no período findo em 31 de março de 2022.

Com base na avaliação acima, em 31 de março de 2022 e até a data de emissão dessas demonstrações contábeis intermediárias, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia que pudessem requerer divulgação ou alteração nas premissas contábeis utilizadas nas estimativas efetuadas pela Companhia.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico "CPC 21 - Demonstração Intermediárias" – (NBC TG 21 Demonstração Intermediária), aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e com a norma internacional de contabilidade "IAS 34 - Interim Financial Reporting", emitida pelo International Accounting Standard Board (IASB).

A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

Estas informações intermediárias apresentam informações comparativas com o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e o período de três meses findo em 31 de março de 2021. Desta forma, essas informações intermediárias devem ser lidas em conjunto com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas informações intermediárias--Continuação
31 de março de 2022
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação--Continuação

2.1. Declaração de conformidade--Continuação

As informações intermediárias para o trimestre findo em 31 de março de 2022 foram aprovadas pela Diretoria em 12 de maio de 2022.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas informações intermediárias estão sendo apresentados em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximos, exceto quando indicado de outra forma.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa	1	1
Bancos	228	13
Aplicações financeiras (i)	21.573	16.962
	<u>21.802</u>	<u>16.976</u>

(i) As aplicações estão representadas por fundos de investimento de renda fixa de curto prazo e de baixo risco, remunerados às taxas de juros projetadas para seguir principalmente à variação de 90,0% a 120% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo. Segue abaixo abertura por instituição financeira.

<u>Instituição financeira</u>	<u>Tipo de aplicação</u>	<u>Remuneração</u>	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Banco BTG	CDB	113,0% CDI	21.573	16.962
			<u>21.573</u>	<u>16.962</u>

3.1. Contas bancárias vinculadas

Refere-se a conta vinculada ao financiamento e as debêntures. A receita da Companhia é recebida na conta vinculada e posteriormente movimentada pelo banco mandatário conforme regra contratual.

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Contas bancárias vinculadas	5.122	3.967
	<u>5.122</u>	<u>3.967</u>

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas informações intermediárias--Continuação
31 de março de 2022
(Em milhares de reais)

4. Aplicação financeira vinculada.

Refere-se, basicamente, à conta reserva constituída, de acordo com os respectivos contratos de empréstimos e financiamentos, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos.

			31/03/2022	31/12/2021
Aplicação financeira vinculada			16.085	19.595
			16.085	19.595

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/03/2022	31/12/2021
Banco Bradesco	fundo	101,1% CDI	16.085	19.595
			16.085	19.595

5. Concessionárias e permissionárias

Contas a receber de concessionárias e permissionárias:

	31/03/2022	31/12/2021
Concessionárias e permissionárias	7.641	7.847

As contas a receber estão assim distribuídas por vencimento:

	31/03/2022	31/12/2021
Títulos a vencer	7.056	7.481
Títulos vencidos em até 90 dias	272	37
Títulos vencidos há mais de 90 dias	313	329
	7.641	7.847

A Companhia não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores de seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar a ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta fiança bancária.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas informações intermediárias--Continuação
31 de março de 2022
(Em milhares de reais)

6. Ativo contratual

O ativo contratual inclui os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e da operação e manutenção.

Saldos em 31/12/2021	Receita de O&M	Remuneração do ativo contratual	Recebimentos	Saldos em 31/03/2022
791.512	2.393	21.708	(18.176)	797.437
Saldos em 2020	Receita de O&M	Remuneração do Ativo contratual	Recebimentos	Saldos em 2021
767.853	9.337	85.234	(70.912)	791.512
			31/03/2022	31/12/2021
Circulante			22.833	23.024
Não Circulante			774.604	768.488
			797.437	791.512

Contrato de concessão de serviços

A seguir estão descritas as principais características do Contrato de Concessão do serviço público de transmissão para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão:

- Receita Anual Permitida - RAP - A prestação do serviço público de transmissão dar-se-á mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA.
- Faturamento da receita de operação, manutenção e construção - Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito, ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustado e revisado anualmente.
- Parcela variável - A receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da RAP de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao exercício contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive este mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº318/98, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas informações intermediárias--Continuação
31 de março de 2022
(Em milhares de reais)

6. Ativo contratual--Continuação

Ativo de contrato de concessão indenizável

Extinção da concessão e Reversão de Bens Vinculados ao Serviço Público de Energia Elétrica - o advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, na forma do artigo 33 do Decreto nº 41.019/57, Regulamento dos Serviços de Energia Elétrica, e do artigo 4º da Lei nº 5.655/71, alterado pelo artigo 9º da Lei nº 8.631/93, depois de finalizado o processo administrativo, em uma parcela, corrigida monetariamente até a data de pagamento. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pela concessão da linha de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado regulatório.

- Renovação ou rescisão - A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por no máximo, igual exercício, de acordo com o que dispõe o parágrafo 3º do artigo 4º da Lei nº 9.074/95, mediante requerimento da transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.
- Aspectos ambientais - A transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção de licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

Independentemente de outras exigências do órgão licenciador ambiental, a transmissora deverá implementar medidas compensatórias, na forma prescrita no artigo 36 da Lei nº 9.985/00, que trata de "reparação de danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas", a serem detalhadas na apresentação do Projeto Básico Ambiental, de sua responsabilidade, junto ao órgão competente, submetendo-se, ainda, às exigências dos órgãos ambientais dos Estados onde serão implantadas as linhas de Transmissão.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas informações intermediárias--Continuação
31 de março de 2022
(Em milhares de reais)

6. Ativo contratual--Continuação

Ativo de contrato de concessão indenizável--Continuação

- Descumprimento de penalidades - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração, ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL e os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, poderá a ANEEL propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido do montante apurado, o valor equivalente às suas respectivas participações.

7. Fornecedores

	31/03/2022	31/12/2021
Materiais e serviços	124	98
Provisões	1.038	1.136
	1.162	1.234

8. Financiamentos e debêntures

a) Composição

Instituições financeiras	Moeda	Vencimento Final	Taxas de juros contratual % a.a	31/03/2022	31/12/2021
BNDES Subcrédito - A	BRL	15/08/2031	TJLP314 + 1,98%	26.625	27.090
BNDES Subcrédito - B	BRL	15/01/2033	TJLP314 + 1,98%	167.567	169.947
BNDES Subcrédito - C	BRL	15/03/2033	TJLP314 + 1,98%	8.972	9.097
BNDES Subcrédito - D	BRL	15/07/2032	TJLP314 + 1,98%	16.620	16.867
BNDES Subcrédito - E	BRL	15/08/2031	TJLP314 + 1,98%	8.049	8.190
BNDES Subcrédito - F	BRL	15/08/2033	TJLP314 + 1,98%	50.579	51.298
BNDES Subcrédito - G	BRL	15/08/2033	TJLP314 + 1,98%	2.708	2.745
BNDES Subcrédito - H	BRL	15/08/2032	TJLP314 + 1,98%	5.017	5.091
BNDES Subcrédito - I	BRL	15/03/2033	TJLP314 + 2,68%	1.144	1.159
Itaú - Debêntures	BRL	15/09/2031	IPCA + 6,80%	87.049	89.153
				374.330	380.637
Circulante				26.286	26.802
Não circulante				348.044	353.835
				374.330	380.637

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas informações intermediárias--Continuação
31 de março de 2022
(Em milhares de reais)

8. Financiamentos e debêntures

b) Movimentação 2022--Continuação

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2021	Juros	Pagamento de Juros	Amortização de Principal	Saldo em 31/03/2022
BNDES Subcrédito - A	27.090	520	(509)	(476)	26.625
BNDES Subcrédito - B	169.947	3.267	(3.200)	(2.447)	167.567
BNDES Subcrédito - C	9.097	174	(171)	(128)	8.972
BNDES Subcrédito - D	16.867	343	(337)	(253)	16.620
BNDES Subcrédito - E	8.190	157	(154)	(144)	8.049
BNDES Subcrédito - F	51.298	986	(966)	(739)	50.579
BNDES Subcrédito - G	2.745	54	(52)	(39)	2.708
BNDES Subcrédito - H	5.091	103	(101)	(76)	5.017
BNDES Subcrédito - I	1.159	25	(24)	(16)	1.144
Itaú - Debêntures	89.153	3.792	(2.932)	(2.964)	87.049
Total	380.637	9.421	(8.446)	(7.282)	374.330

c) Movimentação 2021

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2020	Juros	Pagamento de juros	Amortização de principal	Saldo em 31/12/2021
BNDES Subcrédito - A	29.025	1.838	(1.836)	(1.937)	27.090
BNDES Subcrédito - B	179.989	11.464	(11.441)	(10.065)	169.947
BNDES Subcrédito - C	9.623	613	(611)	(528)	9.097
BNDES Subcrédito - D	17.898	1.220	(1.217)	(1.034)	16.867
BNDES Subcrédito - E	8.774	556	(554)	(586)	8.190
BNDES Subcrédito - F	54.328	3.460	(3.452)	(3.038)	51.298
BNDES Subcrédito - G	2.904	185	(185)	(159)	2.745
BNDES Subcrédito - H	5.402	368	(367)	(312)	5.091
BNDES Subcrédito - I	1.224	86	(87)	(64)	1.159
Itaú - Debêntures	83.887	14.116	(5.651)	(3.199)	89.153
Total	393.054	33.906	(25.401)	(20.922)	380.637

BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)

Com o objetivo de financiar os investimentos ligados à implementação do projeto Odojá, a Companhia celebrou junto ao BNDES contrato de longo prazo com taxas TJLP314 + 1,98%. O contrato de financiamento possui cláusulas restritivas "covenants" financeiros e não financeiros de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência. A obrigação de atingir o Índice de Cobertura de Serviço da Dívida - ICSD e Índice de Capital Próprio - ICP estipulado no contrato de financiamento no BNDES é anual. Dessa forma, não há a necessidade de apuração para o período findo em 31 de março de 2022.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas informações intermediárias--Continuação
31 de março de 2022
(Em milhares de reais)

8. Financiamentos e debentures--Continuação

c) Movimentação 2021--Continuação

Debêntures

Com o objetivo de financiar investimentos ligados à implantação do Projeto Odojá e de forma complementar ao BNDES, a Companhia teve sua primeira emissão de debêntures devidamente aprovadas mediante AGE e nos termos da instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº476 "Instrução CVM 476", sendo estas debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação. A garantias reais foram outorgadas em benefício conjunto do BNDES e dos debenturistas, representados pelo agente fiduciário, e compartilhadas nos termos dos contratos de garantia de pari passu e em mesmo grau de senioridade, proporcionalmente ao saldo devedor do BNDES e dos debenturistas, sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão (compartilhamento das garantias reais). A obrigação de atingir o ICSD e ICP estipulado no contrato de debentures é anual. Dessa forma, não há a necessidade de apuração para o período findo em 31 de março de 2022.

Os vencimentos das parcelas do passivo circulante e não circulantes são os seguintes:

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
2022	17.644	26.802
2023	27.166	27.528
2024	30.447	30.676
Após 2024	299.073	295.631
Total financiamentos e debêntures	374.330	380.637

9. Impostos diferidos

9.1. Pis e Cofins Diferido

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apurada sobre o Ativo contratual de concessão e registrado conforme competência contábil. Os montantes refletem os efeitos fiscais diferidos do PIS e da COFINS na aplicação dos procedimentos contábeis relacionados ao CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes.

	<u>31/03/2022</u>	<u>Movimentação</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>Movimentação</u>	<u>31/12/2020</u>
PIS diferido	13.158	98	13.060	390	12.670
COFINS diferido	60.605	450	60.155	1.799	58.356
	73.763	548	73.215	2.189	71.026

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas informações intermediárias--Continuação
31 de março de 2022
(Em milhares de reais)

9. Impostos diferidos--Continuação

9.2. Imposto de renda e contribuição social diferida

	31/03/2022	Movimentação	31/12/2021	Movimentação	31/12/2020
Ativo/Passivo					
Prejuízo fiscal / Base negativa	(5.584)	(68)	(5.516)	158	(5.674)
Lucro diferido da construção	6.038	(46)	6.084	(178)	6.262
Receita de Ativo financeiro/AVP	61.707	2.475	59.232	9.793	49.439
Ajuste IFRS 15/CPC 47	5.949	1.013	4.936	3.152	1.784
Outras provisões	(930)	(220)	(710)	(710)	-
Não Circulante	67.180	3.154	64.026	12.215	51.811

Detalhamento do não circulante	31/03/2022	31/12/2021
Ativo	(5.584)	(5.516)
Passivo	72.764	69.542
Ativo/Passivo diferidos	67.180	64.026

A Companhia avalia que não há riscos de não recuperação dos saldos constituídos a título de imposto de renda e contribuição social diferidos. Conforme estimativas de lucros tributáveis futuros, a Companhia estima recuperar os ativos fiscais diferidos existentes em um período de aproximadamente 3 anos.

Períodos	31/03/2022	31/12/2021
2022	2.247	2.247
2023	2.678	2.678
2024	659	591
Total	5.584	5.516

10. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito é de R\$225.501.000, dividido em 225.501.000 ações ordinárias no valor nominal de R\$1,00 cada.

Composição acionária	31/03/2022 e 31/12/2021		
	Quantidade de Ações	%	Valor (Em Reais)
Quotistas			
Brasil Energia Fundo de Investimentos em Participações	225.500.999	99,9999996%	225.500.999
Quantum Participações S.A	1	0,0000004%	1
Total	225.501.000	100%	225.501.000

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas informações intermediárias--Continuação
31 de março de 2022
(Em milhares de reais)

10. Patrimônio líquido--Continuação

b) Política de dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 0,01%, até entrada em operação, e 25% após a entrada em operação, do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A Companhia poderá, a critério da Administração, pagar juros sobre capital próprio, cujo valor líquido será imputado aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto no artigo 9º da Lei. 9.249/95. Os juros sobre capital próprio são calculados com base no saldo do patrimônio líquido, limitado à variação, pro rata dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP. O efetivo pagamento ou crédito dos juros sobre capital próprio fica condicionado a existência de lucros (lucro líquido do exercício após a dedução da contribuição social sobre o lucro líquido e antes da dedução da provisão para o imposto de renda), computados antes da dedução dos juros sobre capital próprio, ou de lucros acumulados e reservas de lucros em montante igual ou superior ao valor de duas vezes os juros a serem pagos ou creditados. Deliberação de juros sobre capital próprio não pagos.

Deliberação de juros sobre capital próprio não pagos.

Na data 28 de fevereiro de 2022 conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) às 11:00 horas, foi deliberado a destinação de juros sobre capital próprio no total de R\$ 2.714 originários da reserva de lucros constituída pela Companhia referente a janeiro e fevereiro de 2022.

Na data 31 de março de 2022 conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) às 11:00 horas, foi deliberado a destinação de juros sobre capital próprio no total de R\$ 1.952 originários da reserva de lucros constituída pela Companhia referente a março de 2022.

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

c) Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas informações intermediárias--Continuação
31 de março de 2022
(Em milhares de reais)

10. Patrimônio líquido--Continuação

d) Reserva de incentivos fiscais

Conforme laudo constitutivo nº0142/2018 de reconhecimento do direito ao benefício à redução do IRPJ emitido em 21 de setembro de 2018 foi garantido à Odojá Transmissora de Energia S.A. pelo diretor de gestão de fundos e incentivos e de investimentos da Superintendencia do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, o direito do benefício de redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculados com base no lucro da exploração. O período de fruição ao direito do benefício fiscal é de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2027.

e) Reserva de Lucros a realizar

O saldo da reserva de lucros em 31 de março de 2022 se constitui do saldo remanescente de lucros acumulados. Caso seja aprovado a proposta sobre a destinação dos lucros acumulados, os administradores aprovarão em Assembléia Geral.

f) Lucro por ação

O cálculo do lucro básico por ação para o período findo em 31 de março de 2022 foi realizado utilizando como base a média ponderada das ações ordinárias em circulação, conforme apresentado a seguir:

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
Lucro por ação		
Número de ações ordinárias no início do período	225.501	225.501
Número de ações ordinárias ao término do período	225.501	225.501
Lucro líquido do período	10.889	9.262
Número médio ponderado das ações ordinárias no período	225.501	225.501
Lucro básico e diluído por ação – em reais	0,05	0,04

A Companhia não possui instrumentos conversíveis em ação que devam ser considerados para o cálculo do resultado por ação diluído referente ao período findo em 31 de março de 2022 e 2021. Conseqüentemente, o resultado por ação básico e diluído são iguais.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas informações intermediárias--Continuação
31 de março de 2022
(Em milhares de reais)

11. Provisão para contingências

A Companhia é parte em demandas trabalhistas e cíveis em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas demandas são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos que não identificaram contingências passivas com prognóstico provável de perda.

Contingências passivas com avaliação de risco possível

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de perda são possíveis, devido a sua base sólida de defesa, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de março de 2022 estavam assim representadas:

	31/03/2022		31/12/2021	
	Qtde.	Montante	Qtde.	Montante
Cíveis	1	8	1	7
Trabalhistas	1	100	1	100
Fiscais	1	1.175	1	1.144
Fundiários	7	1.149	7	1.149
	10	2.432	10	2.400

A principal causa classificada com expectativa de perda considerada possível está relacionada ao litígio entre a Companhia e o Município de Sapeaçu, referente a ação anulatória ajuizada pela Companhia contra o auto de infração 003/2018, lavrado pelo Município de Sapeaçu, por cobrança alegadamente indevida de ISS. no valor de R\$1.175.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas informações intermediárias--Continuação
31 de março de 2022
(Em milhares de reais)

12. Receita operacional líquida

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do período:

	31/03/2022	31/03/2021
Remuneração do ativo contratual	21.708	21.062
Receita de O&M - Ativo contratual	2.393	2.275
Outras receitas (i)	3.675	2.269
Receita operacional bruta	27.776	25.606
(-) PIS e COFINS	(2.569)	(2.369)
(-) Encargos setoriais (ii)	(268)	(269)
Dedução da receita	(2.837)	(2.638)
Receita líquida	24.939	22.968

(i) Valor refere-se a divergência entre a amortização da Receita Permitida projetada no modelo de ativo contratual e a receita efetivamente recebida através do Aviso de Crédito (AVC).

(ii) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com P&D, constituição de RGR dos serviços públicos, TFSEE, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

	31/03/2022	31/03/2021
Receita de operação e manutenção	2.393	2.275
Custo de operação e manutenção	(1.099)	(1.008)
Margem de O&M	1.294	1.267
Margem percebida (%)	54%	56%

13. Custos e despesas operacionais

	Custos	
	31/03/2022	31/03/2021
Serviço de O&M	(1.099)	(1.008)
Serviços de terceiros (i)	(546)	(341)
Material	(11)	(19)
Outras despesas	(139)	(147)
	(1.795)	(1.515)
	Despesa	
	31/03/2022	31/03/2021
Serviços de terceiros (i)	(539)	(259)
Outras receitas/despesas	(19)	-
	(558)	(259)
Total	(2.353)	(1.774)

(i) Refere-se substancialmente a serviços de gestão empresarial, serviços de assessoria jurídica, assessoria contábil e serviços de telecomunicação.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas informações intermediárias--Continuação
31 de março de 2022
(Em milhares de reais)

14. Resultado financeiro

O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo:

	31/03/2022	31/03/2021
Receitas financeiras	968	142
Rendimento de aplicação financeira	995	106
Outras receitas financeiras	20	43
(-) Pis e Cofins s/ receita financeira	(47)	(7)
Despesas financeiras	(9.511)	(8.229)
Juros de financiamentos e debêntures	(9.421)	(8.131)
IOF	(9)	-
Outras despesas financeiras	(81)	(98)
Resultado financeiro líquido	(8.543)	(8.087)

15. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/03/2022		31/03/2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro societário antes do IRPJ e da CSLL	14.043	14.043	13.107	13.107
Alíquota vigente	25%	9%	25%	9%
Despesa de IR e CSLL calculada	(3.511)	(1.264)	(3.277)	(1.180)
Juros sobre Capital Próprio	1.167	420	-	-
Incentivo Fiscal Sudene	-	-	605	-
Outros	25	9	6	1
Despesa de IR e CS	(2.319)	(835)	(2.666)	(1.179)
Total dos tributos correntes	-	-	-	(220)
Total dos tributos diferidos	(2.319)	(835)	(2.666)	(959)
Despesa total com tributos	(2.319)	(835)	(2.666)	(1.179)
Alíquota efetiva	22,46%		29,34%	

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas informações intermediárias--Continuação
31 de março de 2022
(Em milhares de reais)

16. Partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas as suas acionistas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores, seus conselheiros e os demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1) - Divulgações sobre partes relacionadas. As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir:

Transações	Passivo	
	31/03/2022	31/12/2021
Fornecedores (i)		
Quantum Participações S.A.	221	-
Total	221	-

Transações	Resultado	
	31/03/2022	31/03/2021
G&A (ii)		
Quantum Participações S.A.	(438)	(181)
Reembolso de mão de obra (iii)		
Quantum Participações S.A.	(249)	-
Total	(687)	(181)

a) Remuneração dos Administradores

Em 31 de março de 2022, os administradores não receberam remuneração nem benefícios da Companhia. Os administradores são remunerados pela Quantum Participações S.A, que efetua o repasse através de rateio das despesas administrativas (que inclui a remuneração dos seus administradores) para as concessões que estão sob sua gestão.

17. Instrumentos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia.

a) Gerenciamento de riscos

Visão geral - a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito.
- Risco de mercado.
- Risco de liquidez.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas informações intermediárias--Continuação
31 de março de 2022
(Em milhares de reais)

17. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gerenciamento de riscos--Continuação

Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia.

b) Riscos de crédito

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

Risco de crédito	Nota	31/03/2022	31/12/2021
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	3	21.802	16.976
Contas bancárias vinculadas	3.1	5.122	3.967
Aplicação financeira vinculada	4	16.085	19.595
Concessionárias e permissionárias	5	7.641	7.847
Ativo contratual	6	797.437	791.512
		848.087	839.897

- Caixa e equivalentes de caixa, contas bancárias vinculadas e aplicação financeira vinculada - Representado pelas contas correntes e aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas informações intermediárias--Continuação
31 de março de 2022
(Em milhares de reais)

17. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Riscos de crédito--Continuação

- Concessionárias e permissonárias - A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: "Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão." São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG e ii) Carta de Fiança Bancária - CFB.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir:

- Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores.
- As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários.
- Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.
- No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

c) Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras.

Em 31 de março de 2022, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

<u>Instrumentos financeiros por indexador</u>	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Aplicações financeiras		
Aplicações financeira e contas bancárias vinculadas (CDI)	21.573	16.962
Aplicações financeira vinculadas (CDI)	16.085	19.595
Passivo financeiro		
Financiamento (TJLP)	287.281	291.484
Debentures (IPCA)	87.049	89.153

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas informações intermediárias--Continuação
31 de março de 2022
(Em milhares de reais)

17. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Risco de mercado--Continuação

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras

Em atendimento à Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, as análises a seguir estimam o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base na taxa CDI estimada para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para a Companhia. O CDI utilizado para cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir.

- Fonte: a taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN, publicado na data 25 de março de 2022.

Com relação às aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma redução da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente, conforme abaixo:

<u>Operação</u>	<u>Exposição (R\$ mil)</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável (*)</u>	<u>-25% Cenário A</u>	<u>-50% Cenário B</u>
Ativos financeiros					
Aplicações financeira – Caixa e equivalente de caixa	21.573	Queda da taxa CDI	669	508	342
Aplicação financeira vinculada (CDI)	16.085	Queda da taxa CDI	499	379	255
Referência para ativos financeiros			Cenário provável	-25%	-50%
CDI %			13,00%	9,75%	6,50%

(*) Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando CDI médio estimado de 13,00% para o período, de acordo com a expectativa do mercado.

Com relação aos financiamentos e debêntures, os cenários A e B consideram uma elevação da TJLP e IPCA em 25% e 50%, respectivamente.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas informações intermediárias--Continuação
31 de março de 2022
(Em milhares de reais)

17. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Risco de mercado--Continuação

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras--Continuação

<u>Operação</u>	<u>Exposição (R\$ mil)</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável (*)</u>	<u>25% Cenário A</u>	<u>50% Cenário B</u>
Passivos financeiros					
BNDES TJLP	287.281	Aumento da TJLP	4.778	5.936	7.081
Debêntures	87.049	Aumento do IPCA	2.361	2.923	3.475
Referência para ativos financeiros			Cenário provável	25%	50%
TJLP (%)			6,82%	8,53%	10,23%
IPCA (%)			11,30%	14,13%	16,95%

(*) Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando TJLP e IPCA médio estimado de 6,82% e 11,30% respectivamente para o período, de acordo com a expectativa do mercado conforme dados do BACEN.

- Risco de inflação - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, a Companhia poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.
- Risco de captação - A Companhia poderá enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida.

d) Riscos de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivo financeiro remanescentes em 31 de março de 2022. Os valores apresentados são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impactados acordos de compensação.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas informações intermediárias--Continuação
31 de março de 2022
(Em milhares de reais)

17. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Riscos de liquidez--Continuação

	Fluxo de caixas contratuais			
	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos
Fornecedores	1.162	1.162	-	-
Financiamentos e debêntures	374.330	26.286	59.634	288.410
	375.492	27.448	59.634	288.410

e) Categorias de instrumentos financeiros

Ativos financeiros	Categoria
Bancos	Custo amortizado
Aplicação financeira vinculada	Valor justo por meio de resultado
Concessionárias a permissionárias	Custo amortizado
Passivos financeiros	Categoria
Fornecedores	Custo Amortizado
Financiamentos e debêntures	Custo Amortizado

Em 31 de março de 2022 o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil.

Classificações contábeis e valores justos

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas bancárias vinculadas e aplicação financeira vinculada - contas correntes conforme posição dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das informações intermediárias.
- Concessionárias e permissionárias - A Administração considera que os saldos contábeis aproximam-se dos seus valores justos.
- Financiamentos e debêntures - a Companhia considera que os valores justos para os financiamento existentes no período são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas informações intermediárias--Continuação
31 de março de 2022
(Em milhares de reais)

17. Instrumentos financeiros--Continuação

f) Hierarquia do valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo da Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados com os níveis a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado.

Descritivo		31/03/2022		31/12/2021	
		Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor justo
Aplicação financeiras (caixas e equivalentes)	Nível 2	21.573	21.573	16.962	16.962
Aplicação financeira vinculada	Nível 2	16.085	16.085	19.595	19.595
Total		37.658	37.658	36.557	36.557

Descritivo		31/03/2022		31/12/2021	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Financiamentos (BNDES)	Nível 2	287.281	287.281	291.484	291.484
Debêntures	Nível 2	87.049	89.110	89.153	91.968
Total		374.330	376.391	380.637	383.452

18. Compromissos assumidos

Nos itens seguintes são apresentados os compromissos operacionais de longo prazo de acordo com o que estabelece os CPCs números 05, 26 e 45:

- Contrato de O&M - Contrato celebrado em 14 de junho de 2016 com a Setec Soluções Energéticas de Transmissão e Controle Ltda, e tem como objeto a prestação de serviços de operação, manutenção (O&M).

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas informações intermediárias--Continuação
31 de março de 2022
(Em milhares de reais)

18. Compromissos futuros--Continuação

A remuneração O&M será paga mensalmente e é devida a partir da data do primeiro recebimento da RAP pela Companhia. No período findo em 31 de março de 2022 foram cobrados R\$1.211.

O contrato tem duração de 5 anos, renovável por dois períodos adicionais de 5 anos cada e será ajustado anualmente pelo IPCA.

19. Seguros

A Companhia adota a política de contratar seguros diretamente ou indiretamente, através de suas subcontratadas, para cobertura dos bens sujeitos a riscos relevantes bem como responsabilidade para com terceiros considerando a natureza e porte de sua atividade. Neste sentido possui cobertura vigente de seguros abrangente para os bens atrelados à concessão e para terceiros bem como cobertura vigente de responsabilidade civil de diretores, administradores e profissionais.

Os seguros vigentes em 31 de março de 2022 são:

Tipo	Seguradora	Limite de indenização	Vigência
Riscos Operacionais	Tokio Marine	280.000	30/09/2022
Responsabilidade Civil	Chubb Seguros Brasil	30.000	30/09/2022
Responsabilidade Civil Profissional	Austral Seguradora	3.400	23/08/2022
Responsabilidade Civil para Gestores	AIG Seguros Brasil	20.000	31/07/2022

20. Eventos subsequentes

Deliberação de juros sobre capital próprio e renúncia de dividendos

Conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária – AGOE realizada em 28 de abril de 2022 às 10:30 horas, os acionistas renunciaram aos dividendos mínimos obrigatórios referente ao exercício de 2021 no montante R\$678, os quais foram destinados para reserva de lucro, e foi aprovado a declaração, aos acionistas, de juros sobre o capital próprio originários da Reserva de Lucros constituída pela Companhia até o final do exercício de 2021 no montante de R\$8.864.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas informações intermediárias--Continuação
31 de março de 2022
(Em milhares de reais)

20. Eventos subsequentes--Continuação

Aumento de capital

Conforme Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada em 28 de abril de 2022 às 12:30 horas, foi aprovado a declaração e distribuição, aos acionistas, de juros sobre capital próprio no montante de R\$8.864, e por deliberação dos acionistas, tal montante foi integralmente convertido em aumento de Capital Social da companhia.

* * *

Daniel Araújo do Pinho
Diretor Financeiro e Relação com Investidores

Thais Rodrigues Ponciano
Contadora Responsável
CRC-1SP282352/O-0